

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.432, DE 2012

Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, definindo prazo de restabelecimento de serviço nos casos que especifica

Autora: Deputada ERIKA KOKAY

Relatora: Deputada IRINY LOPES

I– RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.432/2012 determina que, ocorrendo a suspensão de serviço contínuo por motivo alheio à vontade do consumidor, o prazo para o reestabelecimento fica limitado a vinte e quatro horas, contado da apresentação de reclamação pelo usuário.

Nulifica de pleno direito as cláusulas contratuais que eximam o prestador do serviço de obrigações de continuidade.

Diz, também, sobre aplicação da pena de detenção de três meses a um ano, bem como multa de um mil reais, por dia de atraso, ao fornecedor de serviços que deixar de restabelecer o serviço suspenso à revelia do consumidor.

Para tanto, altera os artigos 14 e 51 e inclui o artigo 66-A na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor”.

A Comissão de Defesa do Consumidor opinou pela aprovação do projeto na forma de substitutivo. Neste, a alteração de redação é dirigida à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos).

Vem agora a esta Comissão para que se manifeste sobre constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

II- VOTO DA RELATORA

A matéria é da competência da União (artigo 24, inciso VIII), cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei e inexistente reserva de iniciativa.

Entendo que a previsão principal do projeto é falha, por ignorar a existência de motivos de força maior. Havendo razões dessa natureza para a suspensão temporária do serviço, não cabe penalizar o prestador.

Em adição, creio ser exagerado considerar crime o não restabelecimento do serviço no prazo assinado (ainda mais considerando-se o raciocínio sobre força maior).

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou substitutivo em que a alteração é dirigida à lei que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos por concessão ou permissão. Ora, o efeito óbvio desta modificação é que a nova norma atingiria apenas os serviços públicos regulados por essa lei, e não os serviços prestados por particulares sob regime de adesão.

Assim, parece-me que não há vícios de constitucionalidade no projeto e no substitutivo da CDC, mas há injuridicidade no projeto. Além disto, entendo necessário dar-lhes nova redação para que o sugerido gere efeitos em todas as situações em que, com razoabilidade, deva a República intervir normativamente.

Opino, portanto, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 3.432/2012 e do substitutivo a ele oferecido pela Comissão de Defesa do Consumidor, na forma do substitutivo apresentado em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada IRINY LOPES
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.432, DE 2012 E À EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dê-se ao projeto, inclusive a ementa, a seguinte redação:

“Altera a redação da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre restabelecimento da prestação de serviços contínuos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação do artigo 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 2º O artigo 14 da Lei nº 8.078 passa a vigorar acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

“.....
§ 5º Ocorrendo suspensão do serviço contínuo por motivo alheio à vontade do consumidor, o restabelecimento deve ocorrer em vinte e quatro horas contadas da apresentação de reclamação pelo usuário, salvo motivo de força maior. (NR)”

Art. 3º O artigo 6º da Lei nº 8.987 passa a vigorar acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

“.....

§ 4º Ocorrendo suspensão do serviço contínuo por motivo alheio à vontade do consumidor, o restabelecimento deve ocorrer em vinte e quatro horas contadas da apresentação de reclamação pelo usuário, salvo motivo de força maior. (NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada IRINY LOPES
Relatora